

A Importância da Força Aérea na ANTÁRTICA

Cap Av PEDRO BITTENCOURT DE ALMEIDA

INTRODUÇÃO

Ilhada por águas oceânicas bravias e protegida pela severidade de seu clima, permaneceu a Antártica afastada de toda a evolução dos processos históricos da humanidade.

Em 1772, a Inglaterra organizou a primeira expedição de caráter científico à Antártica, quando foram divulgadas ao mundo algumas de suas características e potencialidades.

Em 1882, com a participação de doze países, foi realizado o primeiro Ano Polar.

Entre 1939 e 1945, a Alemanha, os Estados Unidos, a Argentina e o Chile instalaram Bases de interesse militar.

Em 1946, os Estados Unidos enviaram uma missão científico-militar, composta de onze navios e quatro mil homens.

Em 1958, o Ano Geofísico Internacional estabeleceu um programa para a Antártica, que contou com a participação da Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, França, Japão, Nova Zelândia, Noruega, África do Sul, União Soviética, Reino Unido e Estados Unidos. Em 1.º de dezembro de 1959, essas mesmas nações firmaram o Tratado Antártico que, em linhas gerais, estabelece o seguinte:

- uso exclusivo para fins pacíficos;
- liberdade para pesquisas científicas;
- presença de pessoal e equipamentos

militares exclusivamente para fins pacíficos;

- permuta de pessoal e dos resultados obtidos nas pesquisas;

- não-modificação das reivindicações territoriais existentes;

- proibição de explosões nucleares e lançamento de resíduos radioativos.

Mas, que razões levariam um país a se interessar por um continente desconhecido, a ponto de enviar uma expedição ou até mesmo dispender recursos com a instalação de Bases para pesquisas?

RAZÕES PARA SE INVESTIR NA ANTÁRTICA

Para entendermos essas razões, é preciso que conheçamos alguns dados.

Com uma superfície de, aproximadamente, 14 milhões de Km², a Antártica representa 10% das terras emersas do planeta.

Segundo pesquisas, o continente é rico em cobre, manganês, urânio, carvão, platina, ouro, cromo, berilo, cobalto, níquel, titânio e ferro.

Há, também, fortes indícios da existência de grandes depósitos de petróleo e gás natural.

Na área de alimentação, o "KRILL" (pequeno crustáceo de grande valor protéico)

é o principal produto. Estima-se a possibilidade da pesca de cerca de 74 milhões de toneladas anuais desse crustáceo.

Além disso, a área representa setenta por cento da água doce do mundo.

No campo estratégico, sua importância ficou evidenciada durante a Segunda Guerra Mundial, quando atividades desenvolvidas por navios alemães, em águas antárticas, levaram o Reino Unido a destruir os depósitos de uma indústria baleeira da Noruega, instalada na Ilha Deception, além de inspecionar certos arquipélagos subantárticos para evitar sua utilização pelo inimigo.

Por outro lado, não se pode desprezar a posição estratégica que ocupa a Antártica e sua península em relação à América do Sul. No caso de um bloqueio do Canal do Panamá, a Passagem Drake⁽¹⁾ assumiria uma importância muito grande, por ser a única passagem meridional entre os Oceanos Atlântico e Pacífico.

Porém, seus recursos naturais e sua futura exploração comercial seriam, hoje, os aspectos mais importantes a motivar o interesse da comunidade internacional.

Mas, se a Antártica é tão importante e desperta tantos interesses, como isso tem-se manifestado?

INTERESSES NA ANTÁRTICA

Com o passar dos anos, vários países passaram a se interessar pela Antártica. Alguns defendem a idéia de que a área é patrimônio da humanidade devendo ser explorada em benefício de todos, sob administração internacional, enquanto outros reivindicam direitos de soberania, utilizando, para isso, diversos princípios. Os mais comuns são:

- ocupação efetiva;
- proximidade geográfica;
- continuidade geológica;
- "Uti Possidetis Iuris" (O que possues, seguirás possuindo);
- Teoria dos Setores; e
- Teoria da Defrontação.

Atualmente, trinta e dois países participam do Tratado Antártico, sendo dezoito como membros consultivos⁽²⁾ e quatorze como membros aderentes⁽³⁾. Com tantos países interessados, seria ingenuidade acreditar que os objetivos são apenas as pesquisas científicas.

Sabemos que, a partir de 1991, os dispositivos do Tratado serão revistos e, então, uma nova direção poderá ser tomada no que diz respeito à exploração comercial e, até mesmo, aos direitos de soberania.

Diante desse curto espaço de tempo, cerca de 4 anos, torna-se imperativo que algumas providências sejam tomadas. Temos que incrementar a presença brasileira na Antártica e, particularmente, a da Força Aérea, pois, sem dúvida, a ela caberá a maior parcela de responsabilidade na condução do PROANTAR.

Os primeiros passos nesse sentido já foram dados e, hoje, o Brasil participa do Tratado Antártico como membro consultivo.

Vejamos como isso aconteceu e a posição do Brasil em relação à questão da soberania.

O BRASIL E A ANTÁRTICA

Não tendo desenvolvido nenhuma atividade científica na Antártica durante o Ano Geofísico Internacional, não participamos das reuniões que culminaram com a assinatura do Tratado Antártico.

Em 16 de maio de 1975, aderimos ao Tratado. Em seguida, foi criado um grupo especial com o objetivo de estudar e formular a política nacional para assuntos antárticos (POLANTAR). Foram estabelecidos, dentre outros, os seguintes objetivos: - marcar a presença para demonstrar à comunidade internacional nosso interesse naquela área; - criar condições para a plena participação nas condições do Tratado; - incentivar a formação de pessoal especializado; - adquirir tecnologia nas áreas a serem exploradas; - obter dados técnico-científicos sobre fenômenos meteorológicos com influência em nosso território.

Foram criados outros Órgãos, como a

Comissão Internacional para os Recursos do Mar (CIRM), cuja Secretaria funciona junto ao Ministério da Marinha, tendo sido encarregada de elaborar e implementar o PROANTAR.

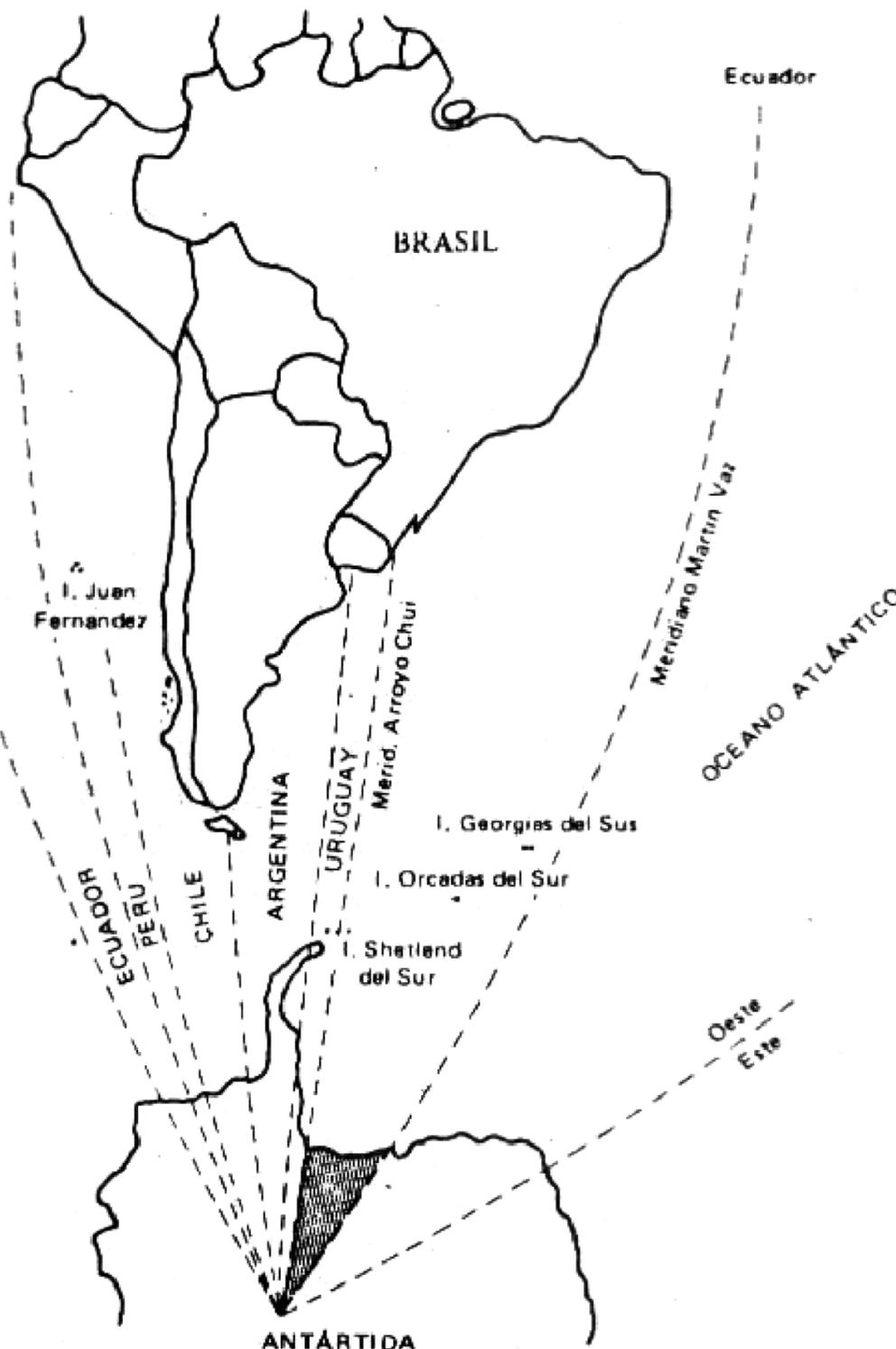
Em 20 de fevereiro de 1982, o Brasil enviou a primeira expedição. Em 1983, adquiriu o "status" de membro consultivo do Tratado.

Em 06 de fevereiro de 1984, foi instalada a primeira estação brasileira na Antártica.

Com relação à soberania, o Brasil defende a Teoria da Defrontação, baseada na Teoria dos Setores e apresentada ao Parlamento Canadense, em 1907, quando se tratou da divisão territorial da região ártica. Essa teoria, exposta por Therezinha de Castro, utiliza o conceito de Antártica americana, abrangendo o setor compreendido entre os meridianos 24° e 90° a oeste de Greenwich. De acordo com essa teoria, a Antártica americana ficaria dividida entre os seis países com ela defrontados: Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Peru e Equador. Os limites para cada país seriam demarcados pelos meridianos que passam nos extremos leste e oeste de cada um, no litoral voltado para a Antártica, tendo como base o Equador.

Vale lembrar que se a teoria defendida pelo Brasil for aceita, teremos uma vasta área sob nossa responsabilidade e, mais uma vez, gostaríamos de ressaltar que a Força Aérea será, entre as três Forças, a que terá maior participação no programa antártico.

Acertadamente, coube à Marinha o iní-



cio das expedições, mas sua atuação naquela região está limitada à faixa do litoral, e somente durante alguns meses do ano, pois mesmo no verão polar existem as barreiras de gelo que impedem o acesso dos navios ao litoral e dificultam as operações de desembarque. Dessa forma, todo o apoio teria que ser dado pela Força Aérea.

Do mesmo modo que, hoje,, a FAB está ligada ao desenvolvimento da Amazônia, deverá, também, estar presente nas atividades desenvolvidas na Antártica, no futuro.

A FAB já vem participando de todas as expedições brasileiras, contribuindo para o sucesso do PROANTAR. Mas, como tem sido essa participação?

Vejamos a realidade dos fatos.

PARTICIPAÇÃO ATUAL DA FAB NO PROANTAR

A FAB tem participado das expedições, transportando pessoal e material. Esse transporte se faz necessário durante todo o ano, mas é imprescindível nos meses do inverno polar, ocasião em que, devido ao congelamento do mar, os navios não têm acesso à ilha onde se situa a nossa estação.

Devido à impossibilidade de se construir uma pista de pouso nas proximidades de nossa Base, em virtude da topografia local, temos que operar na base chilena Ten Marsh, situada a cerca de 20 milhas náuticas. Nos meses em que o navio Barão de Tefé consegue permanecer na Antártica, seus dois helicópteros transportam o pessoal e a carga da Base para o navio, e do navio para a Base; nos meses em que isso não é possível, o transporte entre a base chilena e a brasileira é feito por helicópteros chilenos.

Na verdade, apesar da grande divulgação que a participação da FAB na Antártica tem tido, não devemos nos iludir, pois tudo o que temos feito é fornecer o transporte aéreo. Não existe nenhuma participação da Força Aérea nas decisões do Programa Antártico Brasileiro. Por entendermos que nossa presença nessas decisões seria a melhor forma de minimizar os problemas futuros, achamos oportuno apresentar uma proposta para que isso se torne realidade.

NOSSA PROPOSTA

Como vimos, a participação da FAB tem sido pouco significativa e o que pretendemos é fazer com que ela se torne mais efetiva.

As decisões tomadas agora terão reflexos no futuro, por isso, não podemos deixar de

opinar em assuntos como, por exemplo, a escolha de local adequado para a instalação de novas Bases, Planos de Evacuação, etc.

Entendemos que o problema poderia ser resolvido em duas etapas:

- A primeira etapa seria criar, no âmbito do Ministério da Aeronáutica, uma Comissão para estudar e elaborar a política do Ministério em relação à Antártica. Nesse período seriam estabelecidos os objetivos e as medidas necessárias para atingi-los. A Comissão, após a fase inicial em que procuraria obter prestígio e credibilidade, estaria pronta e com força suficiente para passar à fase seguinte;

- Na segunda etapa, gozando de prestígio e sendo respeitada em âmbito nacional, passaria a representar o Ministério da Aeronáutica junto a outros Órgãos que tratam do assunto, defendendo nossos interesses e influenciando, diretamente, nas decisões do PROANTAR.

Em suma, ainda que não sejamos partidários de nenhum tipo de expansionismo, definir uma política mais agressiva em relação à Antártica nos torna capazes de reivindicar uma parcela daquele continente ou, pelo menos, os benefícios de sua exploração comercial. ■

BIBLIOGRAFIA

- 1- CASTRO, Therezinha de. *RUMO À ANTÁRTICA*. Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1976.
- 2- PALAZZI, Rubén Oscar. *ANTÁRTIDA Y ARCHIPIÉLAGOS SBANTÁRTICOS*. *Revista da Escola Superior de Guerra Aérea da Força Aérea Argentina*, Buenos Aires, 1987.

-
- (1) Ligação entre os Oceanos Atlântico e Pacífico, existente entre o extremo sul da América do Sul e o extremo norte da Península Antártica.
 - (2) Países que enviaram expedição e mantêm instalações permanentes na Antártica.
 - (3) Países que têm participação relativa, mediante o envio de pesquisadores em expedições de outros países.